

Boa Hora 3 Geradora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Boa Hora 3 Geradora de Energia S.A.
Ouroeste – SP.**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Boa Hora 3 Geradora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Boa Hora 3 Geradora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 02 de abril de 2020, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

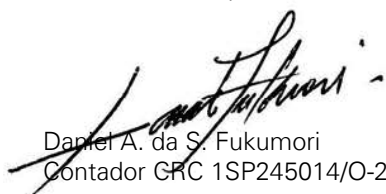
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de Março de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador GRC 1SP245014/O-2

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	69	2.624
Investimentos de curto prazo	4	13.488	-
Contas a receber de clientes	5	3.161	2.862
Outras contas a receber	6	665	-
Conta de ressarcimento	7	1.388	-
Tributos a recuperar		19	138
Outros ativos	8	24	1.055
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		18.814	6.679
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Conta de ressarcimento	7	523	-
Tributos diferidos	9	-	68
Imobilizado, líquido	10	117.277	117.697
Intangível, líquido		247	266
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		118.047	118.031
TOTAL DO ATIVO		136.861	124.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas</u>	2020	2019
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	11	305	672
Passivo de arrendamento	12	23	21
Conta de ressarcimento	7	-	997
Dividendos a pagar	15	197	469
Imposto de renda e contribuição social a pagar		131	114
Tributos a pagar	13	104	78
Multas contratuais		660	300
Taxa de fiscalização ANEEL		8	-
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		1.428	2.651
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Conta de ressarcimento	7	-	6
Passivo de arrendamento	12	2.225	2.199
Tributos diferidos	9	341	-
Provisão para desmobilização	14	4.226	-
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		6.792	2.205
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado	15	115.538	115.538
Reserva de capital	15	2.810	2.810
- Legal	15	618	99
- Reserva de lucros (orçamento de capital)	15	667	-
- Proposta de distribuição de dividendos adicionais	15	9.008	1.407
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		128.641	119.854
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		136.861	124.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Notas	2020	2019
Receita líquida	16	17.464	7.709
Custo dos serviços prestados	17	(7.094)	(6.815)
LUCRO BRUTO		10.370	894
Gerais e administrativas		(161)	(99)
Outras despesas e receitas operacionais	18	665	(879)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		504	(978)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		10.874	(84)
Receitas financeiras	19	474	33
Despesas financeiras	19	(261)	(330)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		213	(297)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		11.087	(381)
Corrente	20	(507)	(135)
Diferido	20	(187)	31
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(694)	(104)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		10.393	(485)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	10.393	(485)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	10.393	(485)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital Social		Reservas de Lucros				Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros	Legal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		107.941	-	2.810	-	-	-	(3.692)	107.059
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(485)	(485)
<u>Transações com os acionistas:</u>									
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(469)	(469)
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>									
Aumento de capital		13.749	-	-	-	-	-	-	13.749
Redução de capital		(6.152)	-	-	-	-	-	6.152	-
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	99	-	(99)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	1.407	(1.407)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		115.538	-	2.810	-	99	1.407	-	119.854
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	-	-	-	10.393	10.393
<u>Transações com os acionistas:</u>									
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(199)	(199)
Distribuição de dividendos complementares		-	-	-	-	-	(1.407)	-	(1.407)
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>									
Constituição de reserva legal	15	-	-	-	-	519	-	(519)	-
Dividendos adicionais propostos	15	-	-	-	-	-	9.008	(9.008)	-
Reserva de lucros (orçamento de capital)	15	-	-	-	667	-	-	(667)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		115.538	-	2.810	667	618	9.008	-	128.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA SOLAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2020	2019
Atividades operacionais:			
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		10.393	(485)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		4.818	4.046
Tributos diferidos		409	(68)
Baixa de bens do ativo		-	879
Juros sobre passivo de arrendamento	12	247	188
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	19	(178)	-
		15.689	4.560
Variação de ativos e passivos operacionais		(2.184)	(6.902)
Pagamento de juros (encargos de dívidas)		(216)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(439)	(21)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		27	-
Aplicação em investimentos de curto prazo		(13.399)	-
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		(522)	(2.363)
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	10	(136)	(8.650)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(136)	(8.650)
Atividades de financiamentos:			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	15	(1.876)	-
Aumento de Capital		-	13.749
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	12	(21)	(242)
Caixa líquido usado/gerado nas atividades de financiamentos		(1.897)	13.507
Redução/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.555)	2.494
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		2.624	130
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		69	2.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. (“Boa Hora 3” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 15 de fevereiro de 2016, tem por objeto social de gerar e comercializar energia solar por meio de painéis fotovoltaicos, incluindo sua implementação e montagem, nos termos do Edital No.09/2015 - ANEEL (Leilão de Energia Reserva - 2º LER de 2015) e do Contrato de Comercialização de Energia a ser celebrado em função do referido leilão.

Sua sede fica localizada na Rodovia Percy Waldir Semeguini (SP 543), Fazenda São José, s/n, lote 03, Zona Sul, CEP 15685-000 - Ouroeste/SP.

A Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. possui uma garantia física de 5,3 MW médios de energia contratada por 20 (vinte) anos a R\$ 352,02/MWh com capacidade instalada de 23 MW médios.

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW (t)	Garantia física MWm (t)
Solar								
Boa Hora 3	LER 09/2015	169/2016	10/05/16	09/05/2051	35 anos	2019	23	5,3
						Total	23	5,3

A conclusão da obra ocorreu em março de 2019 e, desde então, iniciou-se as operações de testes, as operações comerciais ocorreram em agosto de 2019, sendo que na data da outorga, a Companhia efetivamente obteve os direitos de seus contratos relevantes, incluindo os direitos contratuais de venda de energia e direito de exploração de autorização.

Conforme despacho Nº 2.592, a ANEEL deslocou para 27 de novembro de 2018 a data para início de suprimento dos contratos no ambiente regulado referente às usinas do Complexo Solar Boa Hora, adiando proporcionalmente o termo final contratual. Tal alteração é decorrente do reconhecimento de um período de 26 dias de atraso como excludente de responsabilidade, afastando eventuais penalidades contratuais para este período. Entre esta data e 14 de agosto de 2019, quando houve a entrada em operação comercial, a empresa ficou sujeita a penalidade por não atender o contrato de energia “PPA” normalmente. Dessa forma, até 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido R\$1.306 na rubrica “outras receitas (despesas) operacionais”, como multas contratuais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Boa Hora 3 possui 100% de sua energia contratada no ACR (Ambiente de Contratação Regulada), está conforme abaixo:

Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh)		Prazo			
		Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
8º LER/2015	CCEE	46.555	352,02	nov/18	nov/38	IPCA	Novembro
		46.555					

A Companhia é diretamente controlada pela AES Tietê Energia S.A. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

1.1 Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condições financeiras e fluxo de caixa de nossos negócios. Em outubro de 2020, o Fundo Monetário Internacional projetou desaceleração relevantes ou contrações na atividade econômica em 2020, incluindo -4,4% de queda no crescimento mundial e -5,8% no Brasil.

Mesmo com a severidade da crise, não houve ainda nenhum evento que tenha impactado os negócios da Companhia, portanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve impacto relevante nos resultados financeiros e nas operações da Companhia.

À medida que a pandemia do COVID-19 avança, a Companhia tem acompanhado atentamente sua evolução e vem envidando significativos esforços em seu combate. Com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios, a Companhia criou um Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos.

Nesse sentido a Companhia continuará a revisar e modificar nossos planos a medida que as condições mudarem. Apesar dos esforços para gerenciar e remediar esses impactos para a Companhia, seu impacto final depende de fatores além do conhecimento ou controle da Companhia, incluindo a duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública.

A Companhia continuará a responder a essa crise global por meio de medidas abrangentes para proteger seus funcionários, cumprindo o papel vital de fornecer energia elétrica a nossos clientes. Embora existam restrições de permanência em casa na maioria dos locais em que operamos, as operações são consideradas essências e estão funcionando normalmente. A maioria de nossos pessoais administrativos e de gestão é capaz de trabalhar remotamente e não houve problemas significativos que afetam as operações ou a capacidade de manter controles internos eficazes e produzir informações confiáveis.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de março de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração não são recuperáveis, e portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (impairment test), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD vida útil dos bens do imobilizado, desmobilização de ativo, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, impostos diferidos, ressarcimento, provisão para desmantelamento e valor justo de instrumentos financeiros.

3.4 Novos pronunciamentos em vigor em 01 de janeiro de 2020

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

3.5 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2021

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID 19 (Alteração CPC 06 / IFRS 16)

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos e curto prazo”.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Caixa e Equivalentes de caixa

	2020	2019
Numerário disponível	69	62
Operação compromissada	-	2.562
Subtotal	69	2.624

Investimentos de curto prazo

	2020	2019
CDB-DI	13.488	-
Total	13.488	-

Em 31 de dezembro de 2020, os investimentos de curto prazo estão representados por operações com CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 95,39% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

O critério utilizado pela Companhia para constituir perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores, pois o suprimento de energia é comercializado no mercado regulado.

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
<u>CIRCULANTE</u>		
Contratos de energia solares (i)	1.501	1.240
Mercado de curto prazo (ii)	1.660	1.622
Subtotal	3.161	2.862

- (i) Valor referente à receita fixa de contrato de leilão de energia, com liquidação no mês subsequente.
- (ii) As transações de energia no mercado de curto prazo (SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Saldos a vencer	Saldos vencidos mais de 360 dias	Total
<u>CIRCULANTE</u>			
Contratos de energia solares	1.501	-	1.501
Mercado de curto prazo	-	1.660	1.660
Total	1.501	1.660	3.161

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente. A Companhia não requer garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionados à energia livre.

Após o vencimento, há a incidência de multa de 2% sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

6 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Refere-se a um sinistro ocorrido em setembro de 2019, cujo valor de dano material foi totalmente apurado e acordado entre todas as partes (fornecedor, seguradora do fornecedor e Boa Hora) em dezembro de 2020. O valor acordado a ser pago pelo fornecedor é de R\$665. Atualmente, o procedimento de indenização está em sua fase final de regulação.

O sinistro foi causado por um incêndio de pequenas proporções, com danos que representam 3% do Complexo Solar Ouroeste. Com isso, em setembro de 2019, foram efetuadas baixas líquidas do ativo no montante de R\$ 879 (custo de R\$900 e depreciação acumulada de R\$21), reconhecido na rubrica “baixa de bens do ativo”. Vide nota explicativa nº 10.

Adicionalmente, a apuração da causa detectou falha na fabricação de alguns equipamentos, motivo pelo qual o fornecedor foi acionado para realizar os reparos e recompor os prejuízos da Companhia. O fornecedor por sua vez, acionou a sua apólice de seguros.

7 CONTA DE RESSARCIMENTO

Conforme estabelecido nos Contratos de Energia de Reserva (LER 2015) celebrados entre a Empresa e a CCEE, ao fim de cada ano contratual serão apuradas as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

O ressarcimento referente à parcela de energia contida na faixa de tolerância de até 10% de geração inferior ao montante de energia contratada, apurado em relação ao ano A, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106% do preço de contrato vigente em A+1, considerados os montantes de energia adquiridos por meio de mecanismo de cessão previsto em contrato.

O ressarcimento apurado por desvios negativos abaixo da faixa de tolerância de 10% de geração, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente em A+1.

A parcela de energia referente a desvios positivos contidos na faixa de tolerância de até 15% de geração acima da energia contratada poderá ser (i) repassada para o ano contratual seguinte como crédito de energia; (ii) cedida a outro vendedor do mesmo leilão comprometido com contratação de energia de reserva da mesma fonte e com saldo de energia negativo ou; (iii) objeto de recebimento de receita variável, valorada ao preço de contrato vigente no ano de pagamento e paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte.

A receita variável referente a desvios positivos de geração acima da faixa de tolerância de 15% será recebida em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte ao valor de 30% do preço contratual vigente no ano A+1.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Circulante	1.388	-	-	997
Não circulante	523	-	-	6
Total	1.911	-	-	1.003

A movimentação dos saldos de ressarcimentos é como segue:

	2018	Provisão	Amortização	2019	Provisão	Amortização	2020
CCEE			-	-	2.032	(121)	1.911
Total ativo		-	-	-	2.032	(121)	1.911
CCEE	214	880	(91)	1.003		(1.003)	-
Total passivo	214	880	(91)	1.003	-	(1.003)	-

8 OUTROS ATIVOS

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
<u>CIRCULANTE</u>		
Almoxarifado	-	42
Despesas pagas antecipadamente	-	40
Dispêndios a Reembolsar	-	832
Outros	24	141
Subtotal	24	1.055
Total	24	1.055

9 TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia é optante no regime de tributação pelo lucro presumido, cabe destacar que a Companhia optou pela tributação com base no regime de caixa, de modo que apenas os valores efetivamente recebidos pela consecução de suas atividades são submetidos à tributação.

Nesse contexto, existem duas hipóteses que ensejam a constituição de impostos diferidos, são elas: (i) o saldo referente ao ressarcimento de energia, conforme as regras determinadas nos leilões de LER e LEN nas quais as SPEs de Boa Hora se enquadram. Nessa modalidade de leilão, o efeito caixa é percebido independentemente da quantidade de energia produzida e vendida no mês, sendo essa diferença ressarcida apenas no ano seguinte. Sobre tais diferenças, pode ser constituído imposto diferido ativo ou passivo; e, (ii) o saldo referente às notas fiscais não faturadas, pois embora o efeito dessa receita seja reconhecido no resultado pelo regime de competência, o efeito caixa ainda não ocorreu. Isto é, como é provável que o efeito caixa venha a ser percebido nas competências seguintes, o valor do imposto diferido passivo é reconhecido no momento da escrituração dessa receita no resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:

Tributos ativos:

Ressarcimento de energia

2020	2019
-	31

Tributos passivos:

Ressarcimento de Energia

(59) -

Lucro Presumido (Não faturado)

(46) -

Lucro Presumido (MCP a receber)

(51) -

Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido

(156) 31

O Pis e Cofins diferidos referem-se a:

Tributos passivos:

Ressarcimento de Energia

(70) 37

Lucro Presumido (Não faturado)

(55) -

Lucro Presumido (MCP a receber)

(60) -

(Passivo) fiscal diferido, líquido

(185) 37

Ativo líquido

- 68

Passivo líquido

(341) -

Total

(341) 68

10 IMOBILIZADO

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia utiliza critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, respectivamente, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. A Companhia reconheceu ativos de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 25 anos e depreciados a uma taxa real média de 3,33%. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de autorização, dos dois o menor.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2020			2019
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	789	(25)	764	688
Máquinas e equipamentos	122.988	(8.597)	114.391	114.221
Imobilizado em serviço	123.777	(8.622)	115.155	114.909
Imobilizado em curso	-	-	-	632
Bens vinculados às concessão e autorizações	123.777	(8.622)	115.155	115.541
Direito de uso de terreno arrendado (i)	2.292	(169)	2.122	2.156
Total Imobilizado	126.069	(8.791)	117.277	117.697

(b) Movimentação do ativo imobilizado:

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Provisão Desmantelamento	Adições	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	695	-	-	94	789
Máquinas e equipamentos	118.089	4.225	-	674	122.988
Imobilizado em serviço	118.784	4.225	-	768	123.777
Imobilizado em curso (ii)	632	-	136	(768)	-
Bens vinculados às concessão e autorizações	119.416	4.225	136	-	123.777
Direito de uso de terreno arrendado (iii)	2.274	-	18	-	2.292
Subtotal	121.690	4.225	154	-	126.069
Depreciação	(3.875)	-	(4.747)	-	(8.622)
Amortização Arrendamento	(118)	-	(52)	-	(170)
Total Imobilizado	117.697	4.225	(4.645)	-	117.277

	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adoção inicial IFRS16/CPC06 (RZ)	Remensuração	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	695	695
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	(900)	118.989	118.089
Imobilizado em serviço	-	-	-	-	(900)	119.684	118.784
Imobilizado em curso (ii)	111.666	-	-	8.650	-	(119.684)	632
Bens vinculados às concessão e autorizações	111.666	-	-	8.650	(900)	-	119.416
Direito de uso de terreno arrendado (iii)	-	1.568	706	-	-	-	2.274
Subtotal	111.666	1.568	706	8.650	(900)	-	121.690
Depreciação	-	-	-	(3.896)	21	-	(3.875)
Amortização Arrendamento	-	-	-	(118)	-	-	(118)
Total Imobilizado	111.666	1.568	706	4.636	(879)	-	117.697

- (i) Em setembro de 2019, uma área do Complexo Solar Boa Hora foi danificada no valor contábil de R\$879. A Companhia encaminhou laudo técnico e pedido formal de indenização ao fornecedor e, em paralelo, a seguradora acompanha o caso. Não é esperado nenhuma perda adicional. A operação comercial do Complexo não foi afetada.
- (ii) Em 2019, devido à entrada em operação, houve reclassificação dos respectivos gastos para imobilizado em serviço.
- (iii) Refere-se ao arrendamento efetuado com a controladora Aes Tietê Energia S.A, conforme detalhado nas notas explicativas nº 12.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

11 FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores no montante de R\$305 e R\$672, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, referem-se, principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos de manutenção e preservação e conservação do parque solar.

12 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Subarrendamento Aes Tietê Energia S.A (i)	23	21
Subtotal circulante	23	21
Subarrendamento Aes Tietê Energia S.A (i)	2.225	2.199
Subtotal não circulante	2.225	2.199
Total do passivo	2.248	2.220

- (i) Contrato de arrendamento de terreno do Complexo Solar Ouroeste com sua controladora AES Tietê Energia S.A. O montante sublocado foi reconhecido no passivo circulante e não circulante, como passivo de arrendamento, conforme detalhado nas notas explicativas nº 12.1.

12.1 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno com sua controladora AES Tiete Energia S.A, no montante de R\$2.248 (R\$2.220 em 31 de dezembro de 2019). O terreno foi arrendado pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2045. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a.

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno com sua controladora AES Tiete Energia S.A, no montante de R\$2.220. O terreno foi arrendado pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2045. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a.

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de arrendamento de valor relevante.

A movimentação do passivo de arrendamento de partes relacionadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

Passivo de arrendamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial IFRS16/CPC06 (R2)	1.568
Ingressos de principal	706
Encargos financeiros	188
Pagamento de principal	(24)
Pagamento de juros	(218)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.220
Ingressos de principal	18
Encargos financeiros	247
Pagamento de principal	(21)
Pagamento de juros	(216)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.248

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

Fluxo futuro	
CIRCULANTE	
2021	23
Subtotal	23
NÃO CIRCULANTE	
2022	25
2023	28
2024	30
2025	33
Após 2025	2.109
Total	2.248

13 TRIBUTOS A PAGAR

A apuração do imposto de renda, contribuição social, Pis e da Cofins da Companhia, é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

	2020	2019
Contribuição social	-	11
INSS	4	14
PIS e Cofins	94	49
Outros	6	4
Total	104	78

14 PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO

Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Solares Boa Hora. A provisão para desmantelamento foi efetuado com base na estimativa desses custos através de uma consultoria externa, projetado até ao fim da vida útil do parque. A taxa de desconto adotada foi a taxa Selic de longo prazo de 1,75%. A provisão constituída para Boa Hora, foi registrada em dezembro de 2020, no montante de R\$4.266.

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A seguir está apresentada a composição acionária em milhares de ações:

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020		2019	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Tietê Energia S.A.	11.553.845	100,00	11.553.845	100,00
Total das ações ordinárias	11.553.845	100,00	11.553.845	100,00

O capital social autorizado é de R\$115.538 (R\$115.538 em 31 de dezembro de 2019), sendo 11.553.845 (11.553.845 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$0,01 (um centavo de real) cada.

15.1 DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.392	(485)
Absorção de prejuízo com capital social	-	2.460
Constituição de reserva legal	(520)	(99)
Base para pagamento de dividendos	9.872	1.876
Destinação:		
Dividendo mínimo obrigatório	197	469
Dividendos adicionais propostos	9.008	1.407
Dividendo adicional proposto	667	-
Total destinado	9.872	1.876

15.2 RESERVA LEGAL

Em 31 de dezembro de 2020, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$ 520 (R\$99 em R\$31 de dezembro de 2019), através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societário, considerando a absorção de prejuízo com capital social. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social.

A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

15.3 DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS

A Diretoria encaminhou para aprovação do Conselho de Administração, na reunião de 26 de março de 2021, proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2020, no valor de R\$9.008. O pagamento foi realizado em 29 de março de 2021. Os dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2019, no valor R\$1.407 foram pagos em 29 de julho de 2020.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, não aprovado em Assembleia Geral ou pelo órgão competente, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na linha da DMPL, denominada “Dividendos adicionais propostos, excedentes ao mínimo obrigatório”, até a sua aprovação pela AGO.

16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2020		2019	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Suprimento energia elétrica faturada	42.996	15.328	16.540	5.675
SPOT	-	-	4.790	1.643
Ressarcimento	8.176	2.915	1.507	517
Receita operacional bruta	51.172	18.243	22.837	7.835
PIS e Cofins		(779)	-	(126)
Receita operacional líquida	51.172	17.464	22.837	7.709

17 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Custo dos serviços prestados		
Outros	(59)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(527)	(674)
Taxa de fiscalização ANEEL	(98)	-
Subtotal	(684)	(674)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(874)	(415)
Material	(52)	(4)
Depreciação e amortização	(4.818)	(4.045)
Seguros	(155)	(99)
Arrendamentos e aluguéis	-	64
Contribuições setoriais	(5)	(34)
Multa contratual	(360)	(1.606)
Outros custos operacionais	(146)	(2)
Subtotal	(6.410)	(6.141)
Total	(7.094)	(6.815)

18 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2020	2019
Indenização de sinistro (i)	665	-
Perdas na baixa de ativo imobilizado (i)	-	(879)
Total	665	(879)

- (i) Para maiores detalhes sobre a natureza das indenizações de sinistro e perda na baixa de ativo imobilizado, vide nota explicativa nº 6.

19 RESULTADO FINANCEIRO

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	178	15
Atualização monetária sobre créditos tributários	-	9
Atualização SPOT (i)	296	-
Outras	-	9
Subtotal	474	33
Despesas financeiras		
Juros sobre passivos de arrendamento (ii)	(247)	(188)
Outras despesas	(14)	(142)
Subtotal	(261)	(330)
Total	213	(297)

- (i) Atualização monetária do contas a receber no mercado de curto prazo.
- (ii) Para maiores detalhes sobre a natureza desses juros sobre passivos de arrendamento, vide nota explicativa nº 12.

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
IR CS				
Receita operacional tributável	15.265	15.265	4.455	4.455
Alíquota lucro presumido	8%	12%	8%	12%
Receita presumida	1.221	1.832	356	535
Outras receitas	178	178	33	33
Base de cálculo	1.399	2.010	389	568
Alíquota:	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(210)	(181)	(58)	(51)
Adicional (10%)	(115)	-	(26)	-
IRPJ e CSLL corrente	(325)	(181)	(84)	(51)
IR CS DIFERIDO				
Base de cálculo	6.076	6.076	1.004	1.004
Alíquota	2%	1%	2%	1%
IRPJ e CSLL diferido	(122)	(66)	20	11
Total tributos no resultado	(447)	(247)	(64)	(40)
Alíquota efetiva	31,9%	12,3%	16,4%	7,1%

21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 Introduziu novas exigências para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) e contabilidade de hedge. A Administração da Companhia concluiu que a adoção desse novo pronunciamento não trouxe efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis, apenas resultou em alteração das categorias de ativos e passivos financeiros, conforme descrito abaixo.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Mensuração do valor justo	2020		2019		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)	Notas					
Caixa e equivalentes de caixa	4		69	2.624	2.624	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4	Nível 2	13.488	13.488	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5		3.161	2.862	2.862	Custo amortizado
Total			16.718	16.718	5.486	5.486
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	10		285	672	672	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	11		2.268	2.220	2.220	Custo amortizado
Dividendos a pagar	13		197	469	469	Custo amortizado
Total			2.750	2.750	3.361	3.361

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado. Considera-se Nível 2 quando se utiliza outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observados.

Nível 1 - Preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observados.

Nível 3- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

21.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e *Compliance*.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, *compliance*, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito. A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e *Compliance*, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e *Compliance* e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, outros contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

As vendas realizadas no ambiente regulado possuem como garantia os recebíveis da parte contratante, os quais são firmados por meio de contratos de constituição de garantias.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Outras Contas a receber

Refere-se a um sinistro ocorrido em setembro de 2019, cujo valor de dano material foi totalmente apurado e acordado entre todas as partes (fornecedor, seguradora do fornecedor e Boa Hora) em dezembro de 2020. O valor acordado a ser pago pelo fornecedor é de R\$ 665. Atualmente, o procedimento de indenização está em sua fase final de regulação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	69	2.624
Investimentos de curto prazo	13.488	-
Contas a receber de clientes	3.161	2.862
Outros contas a receber	665	-
Total	17.383	5.486

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Todos os vencimentos futuros referentes aos passivos financeiros da Companhia são menores que três meses.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(c.2) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que

BOA HORA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.3) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

22 COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o seguinte compromisso contratual relevante não reconhecido nas demonstrações contábeis:

Posição em 31 de dezembro de 2020	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (Tust e TUSD)	623	623	623	623	623	15.209	18.324
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEEE)	98	98	98	98	98	196	686
Mordenização e manutenção	177	18	-	-	-	-	195
Total	898	739	721	721	721	15.405	19.205

23 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	2020	2019
Provisão de desmantelamento	4.225	-
Direito de uso de terreno arrendado	18	2.274
Total	4.243	2.274